



CONEPE 2021

8.º CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ENSINO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

de 22 a 26 de novembro de 2021

ISSN 2525-975X

Relações Desiguais Capitalistas e Injustiça Ambiental: breve análise do Racismo Ambiental no Brasil

C.V.A. Costa^{1*}, M.S. Batista², G.V. Dias³

¹Instituto Federal Fluminense; ²Instituto Federal Fluminense; ³Instituto Federal Fluminense

*carinealmcosta@outlook.com

Resumo

O capitalismo tem gerado e/ou ampliado diversos problemas socioambientais ao longo de sua história, tanto em escala local quanto global. Por meio das teorias da dependência e do sistema-mundo, pode-se constatar que o mundo globalizado está dividido entre centro e periferia, havendo uma distribuição desigual tanto dos bens quanto dos males provenientes do capitalismo. É a partir dessas relações desiguais capitalistas que ocorrem as injustiças ambientais e o racismo ambiental, que se caracterizam como a injusta imposição de danos ambientais a populações levando-se em consideração a sua raça, etnia e classe social. No presente trabalho discutimos as trocas desiguais no âmbito do sistema-mundo capitalista, suas consequências no que tange às injustiças ambientais e ao racismo ambiental e, por fim, apontamentos sobre como o racismo ambiental se manifesta no Brasil.

Palavras-chave: sistema-mundo capitalista, injustiça ambiental, racismo ambiental.

1. Introdução

O objetivo desta pesquisa é analisar a questão do racismo ambiental, tomando como foco principal a análise das relações desiguais entre centro e periferia que agravam esta problemática. Nesta perspectiva, busca-se entender o papel do sistema-mundo capitalista na produção das desigualdades socioambientais, no qual transferem os ônus ambientais do desenvolvimento para os grupos socialmente marginalizados, principalmente de países dependentes. E procura-se analisar a construção sócio-histórica do racismo ambiental no Brasil, relacionando as práticas discriminatórias e excludentes da atualidade, e que geram injustiças ambientais, ao processo de colonização do país, marcado pelo regime escravista. Além de investigar os conflitos ambientais que ocorrem no território brasileiro e as principais atividades produtivas responsáveis pela degradação ambiental e pelos riscos ambientais que recaem desproporcionalmente sobre os grupos étnicos desprovidos de poder.

Para isso foi tomado como base a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, por meio da análise desta teoria, busca-se entender a formação da economia mundial capitalista e suas implicações. A expansão do sistema-mundo capitalista acarreta a construção de periferias sujeitas às lógicas de dominação centrais, através de uma divisão econômica e social do trabalho baseada numa relação de troca desigual. De acordo com Wallerstein^[1], o capitalismo “baseia-se na constante absorção das perdas econômicas pelas entidades políticas, enquanto os ganhos se distribuem entre as mãos privadas”.

Neste contexto de relações desiguais capitalistas entre centro e periferia, criam-se condições para o surgimento da injustiça ambiental e do racismo ambiental. A justiça ambiental se configura como um “conjunto de princípios que busca assegurar que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo”^[2]. Mas, considerando a desigualdade presente no sistema-mundo capitalista, a justiça ambiental não é garantida. Pelo contrário, o desenvolvimento advindo do sistema capitalista de produção produz e/ou agrava as



CONEPE 2021

8.º CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ENSINO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

de 22 a 26 de novembro de 2021

ISSN 2525-975X

desigualdades socioambientais. E, sobre isso, Selene Herculano^[3] diz que “há custos sociais e ambientais, no processo produtivo, que são pagos diferencialmente pelos mais pobres, sobretudo com a sua própria saúde e tempo de vida”.

Tomando como base essa divisão do mundo em uma relação desigual entre centro e periferia, e compreendendo que o Brasil é um país periférico ou semi-periférico, o mesmo acaba por sofrer com as consequências do racismo ambiental e injustiça ambiental, e no território brasileiro essas manifestações têm algumas especificidades. O Brasil é um país bastante desigual. E, desde a abolição da escravatura, foi consolidado aqui o pensamento da democracia racial^[4], e consequentemente há um discurso de que não existe racismo no país, isso corrobora para que atitudes racistas passem despercebidas. Soma-se a isto o fato de que existe um discurso que legitima as degradações ambientais causadas pelas relações capitalistas, dando a desculpa de que é um mal necessário para a evolução ou desenvolvimento. Então, na vida da sociedade brasileira, há todo um aparato que leva a uma naturalização do racismo ambiental. Diante destes fatores, torna-se importante conhecer e estudar o racismo ambiental, para que se possa entender melhor as relações raciais presentes no Brasil.

2. Materiais e Métodos

2.1. Materiais

O desenvolvimento do presente trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica acerca do conceito de racismo ambiental, sua manifestação no Brasil e do surgimento dos Movimentos por Justiça Ambiental. E para o aprofundamento do estudo, realizou-se um levantamento de dados estatísticos dos casos existentes em território brasileiro, através do banco de dados da Fiocruz.

2.2. Metodologia

O estudo do racismo ambiental no Brasil realizou-se por meio de uma pesquisa descritiva/explicativa de caráter qualitativa. A partir de análises que abordam as principais premissas e concepções em que se apoiam as teorias sobre a relação desigual entre centro-periferia, foi possível compreender os impactos causados pelo mesmo e como o sistema econômico capitalista influencia no desenvolvimento das desigualdades socioambientais. Além da análise das informações levantadas, buscou-se identificar as causas do racismo ambiental e que fatores contribuem para a manutenção das desigualdades ambientais, e o porque indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, ribeirinhos, negros e pobres, ou seja, grupos sociais vulneráveis são os que mais sofrem com as injustiças ambientais. Pode-se ainda levantar dados do site da Fiocruz, no qual fizemos um levantamento de casos de racismo ambiental, por regiões do Brasil, que foram cadastrados. Além disso, identificou-se as principais atividades que geram os conflitos bem como suas principais consequências para a população. Toda essa pesquisa e os dados mostrados foram retirados do site da Fiocruz.

3. Resultados e Discussão

Ao longo de todo o processo de pesquisa, foi possível reconhecer a existência do racismo ambiental no Brasil, evidenciando seu passado desigual e racista e que essa herança colonial permaneceu e adaptou-se ao panorama da sociedade atual. A pesquisa baseou-se em compreender quais as populações mais atingidas pelos impactos ambientais que ocorrem no



CONEPE 2021

8.º CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ENSINO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

de 22 a 26 de novembro de 2021

ISSN 2525-975X

Brasil, e foi possível notar que os grupos tradicionais são os que mais sofrem com a problemática, sendo constantemente afetados pelos males provenientes do desenvolvimento oriundo do sistema capitalista de produção.

As pesquisas sobre a manifestação do racismo ambiental no Brasil foram baseadas no site oficial da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Federação dos Órgãos para Assistência Social Educacional (Fase), intitulado de Mapa dos Conflitos. Ele foi ao ar no ano de 2010 e, desde então, sofreu e sofre algumas alterações, que vão atualizando os dados. No ano de 2021 foi constatado que acontece no Brasil simultaneamente 611 casos de conflitos acerca da injustiça ambiental, sendo destes, 310 casos que expõe o racismo ambiental, entre eles há luta de quilombolas pela regularização de posse de suas terras, grupos tradicionais que lutam contra a implantação de grandes construções em suas áreas de habitação ou áreas de onde provém o seu sustento, entre outras problemáticas. E destes 310 casos, a maior parte ocorre nas regiões Nordeste e Sudeste, somadas, as duas têm mais de 50% dos casos concentrado em suas áreas. Além disso, foi possível constatar que a maioria dos conflitos são gerados por atividades econômicas e pela atuação de entidades governamentais. O Poder Público contribui, muitas vezes, para a degradação de ecossistemas e danos à saúde da população com os financiamentos de atividades poluentes e que agravam os conflitos ambientais.

Ainda de acordo com o Mapa dos Conflitos, os indígenas e quilombolas (junto com os agricultores familiares) são os grupos que mais sofrem com os impactos ruins sobre o meio ambiente, estes têm seus territórios constantemente como alvos de disputa de setores privados para serem usados no agronegócio, além da dificuldade que alguns desses grupos enfrentam para conseguirem demarcar seus territórios e terem os mesmos respeitados.

Tudo isso evidencia que o racismo deve ser um forte fator a ser considerado nas pesquisas a respeito da justiça ambiental. No Brasil, os quilombolas, indígenas, negros e outros pequenos grupos sociais, encontram-se fora de processos decisivos e acabam por os maiores impactos negativos decorrentes do desenvolvimento. E o mais alarmante é que isto é visto com normalidade, enquanto é inaceitável algumas camadas da população receberem os mesmos tratamentos.

4. Conclusão

Portanto, constatou-se que as relações desiguais provenientes do capitalismo geram ônus de inúmeras formas, como na ocupação irregular do território e na falta de equidade na distribuição dos danos ambientais causados por ele. A degradação ambiental que o sistema de acumulação ocasiona gerou e tem gerado danos grandes e irreversíveis que, conseqüentemente, serão sentidos por toda a população, em especial as populações discriminadas. E tomando como base as teorias da dependência e do sistema-mundo, foi possível observar como as relações capitalistas são desiguais e como alguns agentes se beneficiam em detrimento de outros. Mas, sendo o Brasil um país periférico, as manifestações destes agentes que promovem as injustiças ambientais e o racismo ambiental ocorrem de forma mais agressiva, gerando inúmeros conflitos socioambientais.

Os objetivos propostos na pesquisa foram atingidos, uma vez que percebeu-se que as injustiças ambientais ocorriam em diversos países, mas principalmente os mais pobres e eram causadas pelos mesmos agentes, que optaram pelos países periféricos devido à ausência de regulamentações e políticas ambientais eficientes. E a partir destas evidências, constatou-se que as degradações ambientais distribuídas desigualmente são decorrentes das ações



CONEPE 2021

8.º CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ENSINO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE: O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

de 22 a 26 de novembro de 2021



ISSN 2525-975X

econômicas do modelo de desenvolvimento capitalista, que ao buscar a acumulação de capital e meios de obtê-lo com menores gastos apropriam-se dos recursos naturais e de territórios. Além disso, por meio da análise histórica verificou-se que a manifestação do racismo ambiental no Brasil, está atrelada ao processo de colonização do território brasileiro, pois só é possível identificar o racismo ambiental e sua ocorrência através de sua contextualização histórica da disseminação do racismo na sociedade. E através dos dados levantados percebeu-se que os conflitos ambientais afetam principalmente os quilombolas e indígenas por meio de atividades produtivas, que apropriam-se de seus territórios e causam inúmeros danos ambientais, sociais e culturais.

O tema racismo ambiental ainda é pouco abordado e por isso muitos não o conhecem e não o conseguem identificar. Fazendo com que muitos casos ocorram e que sejam normalizados por pensar-se ser apenas uma consequência necessária ao desenvolvimento. Porém, é importante dar visibilidade ao racismo ambiental para que seja possível identificar mais casos da manifestação dele no território brasileiro. Nosso povo ainda sofre de injustiças e racismo, e recebem desproporcionalmente males diariamente, tudo isso para atender às necessidades de poucas pessoas. Seria utópico acreditar que essas desigualdades chegassem ao fim de uma hora para a outra, mas a intenção do presente trabalho foi mostrar como parte dessas desigualdades se manifestam, muitas vezes de forma naturalizada, de tal forma a contribuir com a reflexão sobre o tema, visando colaborar com posteriores tomadas de decisão no sentido de políticas públicas mais democráticas e justas.

Referências

- [1]WALLERSTEIN, I. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 1974.
- [2]ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. **A Justiça Ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- [3]HERCULANO, S. Justiça Ambiental: de Love Canal à cidade dos meninos, em uma perspectiva comparada. In: MELLO, M.P. (org.). **Justiça e Sociedade: temas e perspectivas**. São Paulo: LTr, 2001.
- [4]FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.